



Número: **0801602-60.2017.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **03/05/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA (AUTOR)		ERIKA DE FRANCA PERGENTINO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7641483	03/05/2017 17:04	Petição Inicial	Petição Inicial
7641537	03/05/2017 17:04	Documentos de comprovação	Documento de Comprovação
7641553	03/05/2017 17:04	Documentos de identificação	Documento de Identificação
7641623	03/05/2017 17:04	Procuração	Procuração
8048535	28/06/2017 10:54	Despacho	Despacho
8527632	03/07/2017 10:09	Expediente	Expediente
8536357	03/07/2017 15:02	Cálculos	Cálculos
8536359	03/07/2017 15:02	0801602-60.2017.8.15.0371	Cálculos
8968066	01/08/2017 11:34	Emenda a inicial	Petição
8968123	01/08/2017 11:34	Documento de comprovação	Documento de Comprovação
19067465	09/02/2019 10:46	Despacho	Despacho
19117998	10/02/2019 13:20	emenda	Petição
19118005	10/02/2019 13:20	INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA	Outros Documentos
21156547	17/05/2019 08:55	Despacho	Despacho
22076970	17/06/2019 20:44	Expediente	Expediente

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA VARA COMPETENTE POR DISTRIBUIÇÃO DE SOUSA/PARAÍBA

INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA, brasileira, solteira, estudante, titular de identidade RG nº 4071549 SSP-PB, devidamente inscrito no CPF sob o nº 113.222.364-45, residente e domiciliada na Rua Bazilio Vale, s/n, Bairro Francisco Lins, Município de Nazarezinho/PB, CEP: 58.817-000, por meio de sua advogada infra-assinada (procuração em anexo), vem à presença de Vossa Excelência propor:

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ CEP: 20.031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a Vossa Excelência que seja deferido o benefício de Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, por não ter a Promovente condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento, conforme declaração acostada à presente inicial.



II - DOS FATOS

A Promovente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 28 de maio de 2016, por volta das 12:00 horas, o mesmo trafegava em uma motocicleta do sítio Poço Redondo em sentido à cidade de Nazarezinho/PB, quando ao chegar nas proximidades do cemitério, surgiu uma moto não identificada que invadiu sua contramão, vindo a colidir lateralmente em sua moto, devido ao forte impacto a promovente perdeu o controle, vindo a cair ao solo.

A vítima sofreu trauma em PE e escoriações pelo corpo, recebendo os cuidados médicos do Hospital Regional de Sousa.

A Promovente solicitou o pedido de liberação do seguro DPVAT DE INVALIDEZ de forma administrativa, recebendo como número de sinistro 3160619991, tendo RECEBIDO A QUANTIA DE R\$ 675,00. (Seiscentos e setenta e cinco reais) em 22 de novembro de 2016.

Sendo esse um valor inferior à que a Promovente tem direito, diante da invalidez que o acidente lhe causou.

III - DA PRESCRIÇÃO

O Código civil de 2002 assim ressalta:

“Art. 206. Prescreve:

(...)

§ 3º Em 3 (três) anos:

(...)

IX – a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.”

Há que se constatar desse modo que não há que se falar em prescrição no caso em relevo, vez que a data do acidente foi em 28/05/2016.



IV - LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

V - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito da Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor que poderia ser recebido pelo Promovente em caso de invalidez permanente é de 100%, ou seja, R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) conforme determina a lei nº 6.194 de 1974.



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

Sendo que essa mesma lei prevê que a indenização seja paga de forma gradativa a repercussão da lesão em conformidade com artigo 3º §1º:

Art.3º

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Observe-se o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Pernambuco:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - VALOR DA INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À INVALIDEZ - ART. 3º DA LEI Nº 11.482/2007 - SÚMULA 474 STJ - INVALIDEZ TOTAL NÃO CONFIGURADA - DANOS COMPROVADOS - CONDENAÇÃO DEVIDA - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - REPERCUSSÃO DE NATUREZA INTENSA NO MEMBRO INFERIOR DIREITO - APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 75%(SETENTA E CINCO POR CENTO) DE ACORDO COM A TABELA DE APURAÇÃO - QUANTIA NÃO PAGA ADMINISTRATIVAMENTE - NECESSIDADE DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - JUROS DE MORA A



PARTIR DA CITAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO - MANUTENÇÃO DO COMANDO JUDICIAL - RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A indenização do seguro DPVAT deve estar de acordo com o grau de incapacidade da vítima do acidente de trânsito, conforme determinação da Lei nº 11.482/2007. 2. A complementação de indenização relativa ao seguro obrigatório - DPVAT oriunda de invalidez deverá ser fixada em conformidade com o grau da lesão e a extensão da invalidez do segurado, conforme súmula nº 474 do STJ. 3. Quando tratar-se de invalidez permanente parcial incompleta, em primeiro plano deve-se proceder ao enquadramento da perda anatômica e funcional, conforme critério previsto no artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 6.194/74. Em seguida, deve-se fazer a redução proporcional da indenização, "que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais." (art. 3º, § 1º, inciso II, in fine). 4. Em caso de perícia médica confirmando a lesão que gerou limitação parcial incompleta de grau intenso, no membro inferior direito, deve-se aplicar o percentual de 70% (setenta por cento), sobre o valor máximo da cobertura (R\$13.500,00), ou seja, R\$9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais), aplicando-se a gradação de 75% (setenta e cinco), resultando no importe de R\$7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos). 5. O segurado não recebeu a quantia na seara administrativa, devendo ser a Empresa Seguradora condenada a indenizá-lo na importância de R\$7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos). 6. Aplicação da correção monetária, a partir do evento danoso, enquanto que os juros moratórios possuem a citação como termo a quo, de acordo com o que estabelece a Súmula 426 do STJ. 7. Manutenção do comando judicial. 8. Recurso que se nega provimento.

TJ-PE - APL 3884975 PE. Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, data de Julgamento: 8 de Julho de 2015, 5ª câmara cível, data da Publicação: 21/07/2015.

Sendo assim, há valor a ser complementado a Promovente, diante do pagamento parcial realizado.

VI – DAS PROVAS

A Promovente junta ao Processo Boletim de Ocorrência, declaração de ausência de laudo do IML e ficha de atendimento ambulatorial, nos termos do artigo 319, inciso VI do novo CPC.

VII - DOS PEDIDOS



Ante o exposto passa a requerer:

- a) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao Promovente, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- b) Que Seja a Promovida intimada a trazer aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 437 do NCPC, todo o processo administrativo realizado junto ao Promovido, **sob pena de multa a ser fixada por Vossa Excelência**;
- c) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- d) A procedência da ação, determinando que a parte demandada efetue o pagamento do seguro obrigatório DPVAT na modalidade invalidez permanente no valor de R\$ 13.500,00;
- e) A condenação da parte Promovida nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbenciais arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento);
- f) A parte Promovente opta pela audiência de conciliação nos termos do artigo 319, inciso VII do NCPC;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente documental;

Dar-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)

Nestes termos,

pede deferimento.

Sousa/PB

03 de maio de 2017.



Erika de França Pergentino

OAB/PB 21.670



SINISTRO 3160619991 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO MARCOS AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

BENEFICIÁRIO INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA

CPF/CNPJ: 11322236445

Posição em 04-04-2017 11:49:39

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
22/11/2016	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00





DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Eu, **INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA**, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF nº: 113.222.364-45 e RG nº 4.071.549-SSP-PB, residente e domiciliada na Rua Bazilio Vale, s/nº, Bairro Francisco Lins, Município de Nazarezinho-PB, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho como arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família.

Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

Sousa-PB, 22 de novembro de 2016.

Inacélia Thaynar Rodrigues de Sousa do Silva
INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 712 /2016



Natureza da ocorrência: SINISTRO DE TRANSITO

Data do fato: 28/05/2016 - horário: 12:hs, APROXIMADAMENTE

Notificante: INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA, RG 4071349-SSP-PB e CPF- 113.222.364-45, brasileiro(a), natural de Sousa-PB, solteiro(A), ESTUDANTE, filho(a) de: INACIO JOSE DA SILVA E ARICELIA RODRIGUES DE SOUSA, Rua: BASILIA VALE, S/N, FRANCISCO LINS, NARAZEINHO - PB.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: DELEGADO PLANTONISTA

Vitima: O NOTIFICANTE

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que no dia e hora acima descrito a notificante afirma que estava conduzindo uma MOTO HONDA CG 150 TITAN KS, ANO/MOD. 2008, CHASSI: 9C2KC08108R318359, PLACA MOD-4634/PB, COR CINZA, LICENCIADA EM NOME DE: JOSE ANDRE EUFRASIO. Que (afirma o notificante que trafegava do sitio Poço Redondo, em sentido a Cidade de Nazarezinho, quando ao chegar nas proximidades do Cemitério, surgiu uma moto não identificada, que invadiu sua contramão, vindo a colidir lateralmente em sua moto, que devido ao forte impacto a mesma perdeu o controle, vindo a cair ao solo, (sofrendo forte trauma em PE E, alem de escoriações pelo corpo, sendo socorrida por terceiros ate o Hospital Regional da cidade de Sousa, onde recebeu os devidos cuidados medico. QUE EM VIRTUDE DESTES FATOS VEIO A ESTA DELEGACIA REGISTRAR OCORRÊNCIA E PEDIR CERTIDÃO PARA FINS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO SEGURO DPVAT. SEGUINDO DETERMINAÇÃO DA PORTARIA DE Nº. 352/2013 DGERAL/SEDS - PB. Onde determina que os boletins de ocorrência sejam registrados em qualquer delegacia deste estado. Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal pela declaração que deu origem a este registro, ficando ciente das penas cominadas no art. Nº 299 do CPB. Nada a mais a consignar.

Cajazeiras, 23 de Agosto de 2016

Inacelia Thaynar Rodrigues de Sousa da Silva

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada


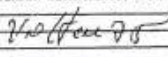
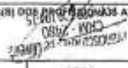
Assinatura do Policial responsável pelo registro

Elisângela Dantas
Escrivã de Polícia
Mat. 155719-0

POLEGAR
DIREITO



ato declaratório

 ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL 1600043581		MATERIAIS - MEDICAMENTOS - OUTROS 	
UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS - UPS NOME: HOSPITAL DISTRITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES ENDEREÇO: RUA - JOSE FACUNDO DE LIRA - S/N - CEP: CNES: 33453-T CNPJ: ESTADO: PARAIBA UF: PB		CARÁTER DO ATENDIMENTO <input type="checkbox"/> SI - ELEIVO <input type="checkbox"/> UR - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> OR - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> OR - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> OR - OUTROS, TIPOS, DE LESÕES OU ENVOLVIMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS	
DADOS DO PACIENTE NOME: INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA PRONT: 60020003 SEXO: F DN - IDADE: 27/02/1990 - 20 A 3 M 1 D RAÇA / COR: PARDAS MÃE: AURILEIA RODRIGUES DE SOUSA OCUPAÇÃO: NATURALIDADE: SOUSA - PB SISPRENATAL: CNES: 703401580137500 CPF: 113.222.364-45 DOCUMENTO: Identidade - 4701589 ENDEREÇO: DISTRITO - BASILIO VALE - ZONA URBANA COMPLEMENTO: CONTATO: MUNICÍPIO: NAZAREZINHO CEP: 58.817-000 ESTADO: PARAIBA CÓDIGO DO MUNICÍPIO 255890 DATA: 28/05/2016 12:36:46 REGISTRADO POR: maria.jose		PROCEDIMENTO - DESCRIÇÃO <i>Acidente de trânsito</i>	
ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO) <i>Acidente de trânsito</i> <i>acar. Pericardio no</i> <i>pe. e f. de.</i>		DIAGNÓSTICO CID - 10	
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)		ENCAMINHAMENTO <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> APLICADA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS	
PROCEDIMENTOS REALIZADOS: CÓDIGO - CBO		ASSINATURA(S) DO RESPONSÁVEL(S) ASSISTENTE(S) - CARIMBO 	
CNS		CBO	
CRM		OU POLEGAR DIREITO	
ASSINATURA DO ACOMPANHANTE / PACIENTE / RESPONSÁVEL <i>X Erika de Franca Pergentino</i>		ASSINATURA DO REVISOR CLÍNICO - CARIMBO	
ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO			



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, INACETA FAYARRE RODRIGUES DES. DA SILVA,
RG nº 4.071.549, data de expedição 20/07/12, Órgão SSP/MS

CPF nº 113.222.364-45, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA BAZILIO VALE</u>
Número	<u>511</u>
Apto / Complemento	<u>- A - 1 - 0 - 0 -</u>
Bairro	<u>FRANCISCO LINS</u>
Cidade	<u>NAZARETH</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58817-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 99180-9410</u>
E-mail	<u>- A - X - 1 - 0 - 0 -</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Jussara 08/08/2016

Assinatura do Declarante: X. Inaceta Fayarre Rodrigues Des. da Silva



AURICELIA RODRIGUES DE SOUSA
RUA BAZILIO VALE, S/N - FRANCISCO LINS
NAZARETH/ PB CEP 50817000 (A3-177)

Classe/Subcl. RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFASICO
Rozero 5 - 191 - 605 - 5640
Nº medidor 0000008178
Referencia Mai / 2016
Emissao 10/05/2016

EPN RIGIDAPPA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
Cidade Nova/ PB - João Pessoa/ PB - CEP 58071-690
CNPJ 00.000.000/0001-90 Insc. Est. 14.015.923-0

Nota Fiscal: Conto de Energia Elétrica 1000205 906
Código para Débito Automático: 90000028828

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UE (Unidade Consumidora) 5/3862-0

Mai / 2016

Canal de contato

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.436, de 26 de abril de 2002

10/05/2016

Data prevista da próxima leitura

09/06/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

72738219420
Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 05/05/2016 PAGAS.
OBRIGADO!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
08/04/16	11891	10/05/16	12126	32

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,14451	4,33
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,24794	17,35
Consumo - 101 a 220kWh-BR	120	0,37191	44,62
Consumo acima de 220kWh-BR	15	0,41374	6,19
Subsidio			25,77
ICMS			38,46
PIS			1,02
COFINS			4,70
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR- FIC 03/2016			-1,73
Devolução Subsidio			-25,77

Histórico de Consumo
(kWh)

Abr/16	189
Mai/16	189
Fev/16	181
Jan/16	196
Dez/15	186
Nov/15	190
Out/15	222
Set/15	211
Ago/15	211
Jul/15	180
Jun/15	207
Mai/15	187

Média dos últimos meses
185 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	142,44	27,00	38,46
PIS	142,44	0,7193	1,02
COFINS	142,44	3,3032	4,70

VENCIMENTO
17/05/2016

TOTAL A PAGAR
R\$ 114,94

f1d5.132c.9bc2.2c47.a4d6.2e18.1204.4ecc.

Indicadores de Qualidade 3/2016 - São Gonçalo

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	8,10	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	18,11	
DIC ANUAL	32,23	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202
FIC MENSAL	3,70	
FIC TRIMESTRAL	7,35	LIMITE SUPERIOR 231
FIC ANUAL	14,70	
OMC	4,48	
DICR	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	38,31	25,49
Compra de Energia	47,59	33,41
Serviço de Transmissão	2,85	2,00
Encargos Selos e Impostos	11,51	8,09
Impostos Diretos e Encargos	44,18	31,02
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	142,44	100,00

Valor do EUSD (Ref 3/2016) R\$ 23,71

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Barra Renda, tendo um desconto de R\$ 25,77



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, INACELIA THAYANE R. DES. DA SILVA, portador da carteira de identidade nº 4071.549 e inscrito no CPF/MF sob o nº 113.222.364-45, residente e domiciliado na RUA BASÍLIO VALE, 311, FAVELASSOLIMAS, Cidade PARACURINHO, Estado PARANÁ, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

X Inacelia Thayne R. Des. da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Sousa PB 08/08/2016

Local e data



CAIXA

Transferência de transferência entre contas da CAIXA - TEV

Banking CAIXA

Nome:	EVANDRO CASSIANO FERREIRA
Conta origem:	0558 / 013 / 00032302-7
Conta destino:	0558 / 013 / 00052000-0
Nome destinatário:	INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SO
Valor:	R\$ 5,00
Data de débito:	06/09/2016
Data/hora da operação:	06/09/2016 10:34:35
Código da operação:	00196735
Chave de segurança:	QTNXTHES9AUV20J9

Quando a data de débito coincidir com dia não útil e/ou com o último dia útil do ano, a transferência será feita no primeiro dia útil subsequente.

DEBITO REALIZADO COM SUCESSO. A PREVISAO DO CREDITO NA CONTA DESTINO E DE 30 MINUTOS.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

O formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, e esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

Beneficiário: Francine Perugini Rodrigues de Souza, viúva de Silva

SEGURADOR(A) DO RG Nº 6071 890 EXPEDIDO POR SEDPVAT EM 03/05/2017

RENDIMENTO MENSAL DE R\$ 0,00 / CNPJ 00000000-00000000 PROFISSÃO Agricultor

(*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Francine Perugini Rodrigues de Souza, viúva de Silva, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 103 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0558 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 170530000

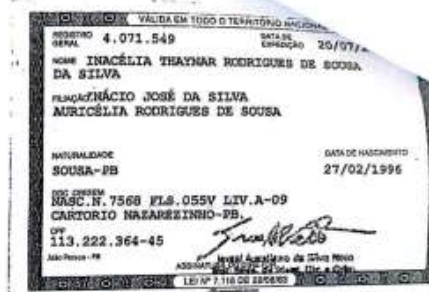
DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Francine Perugini Rodrigues de Souza, 06 de de Maio de 2017 Francine Perugini Rodrigues de Souza
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.







PROCURAÇÃO

Outorgante:

Eu, **INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA**, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF nº: 113.222.364-45 e RG nº 4.071.549-SSP-PB, residente e domiciliada na Rua Bazilio Vale, s/nº, Bairro Francisco Lins, Município de Nazarezinho-PB.

Outorgadas:

ANA FLÁVIA ALVES MATIAS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OAB/PB sob o n.º 21.451, com escritório profissional na Avenida Padre Rolim, nº. 92, 1º Andar, Sala 18 Centro, Cajazeiras - PB, e-mail: advanaflavia@outlook.com

ERIKA DE FRANÇA PERGENTINO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OAB/PB sob o n.º 21.670, com escritório profissional na Avenida Padre Rolim, nº. 92, 1º Andar, Sala 18 Centro, Cajazeiras - PB, e-mail: adverikafranca@gmail.com

Poderes: Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer procedência de pedido, renunciar a direito no qual se funda ação agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Sousa-PB, 22 de novembro de 2016.


INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª Vara da Comarca de Sousa

DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, cuja inicial não veio instruída com o comprovante de prévio requerimento administrativo de pagamento do seguro.

Tendo em vista a Repercussão Geral julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, adotada para o casos de DPVAT nos RE 839.314/MA e RE 839353/MA, em que se exige prévio requerimento administrativo como requisito para demonstrar o interesse de agir, **intime-se** o autor, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar e completar a petição inicial, devendo juntar cópia do comprovante de prévio requerimento administrativo do seguro DPVAT, a fim de comprovar seu interesse de agir, sob pena de indeferimento da inicial.

Demais disso, verificando que a petição inicial não preenche todos requisitos estabelecidos no art. 319 do CPC/2015, notadamente a não especificação das provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (protesto genérico), **determino**, no mesmo prazo, a sua emenda, sob pena de indeferimento.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª Vara da Comarca de Sousa

DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, cuja inicial não veio instruída com o comprovante de prévio requerimento administrativo de pagamento do seguro.

Tendo em vista a Repercussão Geral julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, adotada para o casos de DPVAT nos RE 839.314/MA e RE 839353/MA, em que se exige prévio requerimento administrativo como requisito para demonstrar o interesse de agir, **intime-se** o autor, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar e completar a petição inicial, devendo juntar cópia do comprovante de prévio requerimento administrativo do seguro DPVAT, a fim de comprovar seu interesse de agir, sob pena de indeferimento da inicial.

Demais disso, verificando que a petição inicial não preenche todos requisitos estabelecidos no art. 319 do CPC/2015, notadamente a não especificação das provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (protesto genérico), **determino**, no mesmo prazo, a sua emenda, sob pena de indeferimento.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.



CÁLCULOS

SEGUEM CÁLCULOS EM ANEXO

SOUSA

3 de julho de 2017

FRANCISCO RIGELIO DE OLIVEIRA





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
CONTADORIA JUDICIAL**

CERTIDÃO

despacho neste sentido. Dou fê.

Certifico que devolvo o presente processo sem cálculos por inexistir

Sousa-PB, 03 de julho de 2017

Francisco Rigélio de Oliveira
Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 7ªVARA DA
COMARCA DE SOUSA/PARAÍBA**

Autos nº 0801602-60.2017.8.15.0371

INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA, já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** em epígrafe, que move nesse Juízo em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, por sua procuradora subscrita, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a juntada *do COMPROVANTE DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA e HISTÓRICO ESCOLAR a fim de comprovar o direito a gratuidade de todos os atos processuais.*

A Autora faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

De acordo com a dicção do artigo 4º da Lei 1.060/50, lei da assistência judiciária, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, *in verbis*:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Ou seja, nos termos da lei, apresentado o pedido de gratuidade e acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma analisado, o juiz deve prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima), excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de verdade no pedido de gratuidade, caso em que o juiz deve indeferir o pedido **DESDE QUE EFETIVAMENTE COMPROVADOS POR DOCUMENTO.**

Entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da



inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição de 1988.

Veja-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira através de advogados particulares.

Ora, como já afirmado, decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei. Sobre o tema, bastam os ensinamentos do Doutor Augusto Tavares Rosa Marcacini (*Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita*, Forense, Rio de Janeiro, 1996, p. 100):

"Nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 1.060/50, milita presunção de veracidade da declaração de pobreza em favor do requerente da gratuidade. Desta forma, o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento da condição de pobreza é do impugnante."

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ:

"EMENTA: Assistência judiciária. Benefício postulado na inicial, que se fez acompanhar por declaração firmada pelo Autor. Inexigibilidade de outras providências. Não-revogação do art. 4º da Lei nº 1.060/50 pelo disposto no inciso LXXIV do art. 5º da constituição. Precedentes. Recurso conhecido e provido.

1. Em princípio, a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorário de advogado, é, na medida em que dotada de presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal." [STJ, REsp. 38.124.-0-RS. Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.]

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min. Nilson Naves, 3ª.T., j: 24.10.89, DJU 13.11.89, p.17026)

Além do exposto em lei, a jurisprudência dominante nos tribunais brasileiros sustenta tanto a pretensão da agravante quanto o presente agravo. Conforme segue:

53013508 - INDENIZAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PEDIDO INDEFERIDO - Tendo o autor, na petição inicial, afirmado, expressamente, que não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas do processo, sem o prejuízo de próprio sustento e o de sua família, preenchendo a exigência no art. 4º, da Lei nº 1060, de 05.02.1950, injustificável o indeferimento judicial do pedido, que se respalda em dispositivos legais, como também constitucionais, como decorre dos textos do art. 5º, incisos XXXIV e



LXXIV, da CF de 1988, que garantem, em tais hipóteses, o acesso à justiça, sobretudo, porque restou documentalmente comprovada a situação de pobreza do promovente. Recurso provido. (TJPR - AI 0065746-9 - (14037) - 3ª C.Cív. - Rel. Des. Silva Wolff - DJPR 10.08.1998)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - Ponderando as circunstâncias demonstradas nos autos - ganhos e despesas enfrentadas pelo requerente do benefício - tem-se que não existam fundadas razões para o indeferimento da gratuidade da justiça. Agravo provido. (TJRS - AGI 599286705 - 13ª C.Cív. - Rel. Des. Marco Aurélio de Oliveira Canosa)

“AGRAVO - Declaração de pobreza de funcionários públicos que litigam contra a Fazenda do Estado. Indeferimento da gratuidade de justiça determinada pelo MM - Juiz. Inadmissibilidade. É dever do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita, princípio que não deve sofrer restrição no sentido de se exigir requerimento específico mediante prova da pobreza. Ao contrário, assim como previsto na Lei especial, basta a simples afirmação, na própria inicial ou na contestação, de que não tem condições de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios. A pobreza, no caso, é presumida, podendo a parte contrária impugnar o pedido. Despacho reformado. Recurso provido.” (TJSP - AI 140.057-5 - São Paulo - 2ª CDPúb. - Rel. Des. Aloísio de Toledo - J. 26.10.1999 - v.u.)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIOS DE JUSTIÇA GRATUITA - PRESUNÇÃO LEGAL DE POBREZA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUBSTANCIAIS A DEMONSTRAR POSSUIR O BENEFICIÁRIO CONDIÇÕES DE ARCAR COM O PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO PROVIDO - O magistrado somente deve indeferir benefícios de Justiça Gratuita, se houver elementos substanciais demonstrado que o beneficiário possui condições de arcar com o pagamento de custas processuais, já que o art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, se contenta com a simples presunção de pobreza. O fato de ser o agravante pequeno proprietário rural, e estar ele com sua propriedade hipotecada e sofrendo vários processos de execução, não elidem a presunção de poder ele arcar com as custas processuais.” (TJMS - AG 2001.002629-8 - 1ª T.Cív. - Rel. Des. Ildeu de Souza Campos - J. 04.10.2001)

“ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - POSSIBILIDADE DE SER PLEITEADA EM QUALQUER FASE DO PROCESSO - Justiça gratuita - Benefícios - Concessão. É facultado à parte, a qualquer tempo e grau de jurisdição, requerer os benefícios da gratuidade judicial, a partir da simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de sua família.”(2.ª TACIVIL - AI 540.863 - 11.A Câ., Rel.Juiz Artur Marques - j. 31.08.1998; Bol.AASP 2108/6).

Ressalte-se que a autora é estudante, o que denota sua carência de recursos, pois sabe-se que tal condição não tem fins lucrativos e a mesma não recebe nenhum valor.

PEDIDO

Portanto, requer a Autora a Vossa Excelência que lhe seja concedida a gratuidade de justiça, com amparo nos argumentos legais, de direito e jurisprudenciais colacionados.



Termos em que pede
e espera deferimento.

Sousa/PB, 01 de agosto de 2017.

Erika de França Pergentino

OAB/PB 21.670




 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

E.E.E.F.M. Francisco Augusto Campos
UNIDADE DE ENSINO DE ENSINO

E.E.E.F.M. Francisco Augusto Campos
UNIDADE DE ENSINO DE ENSINO

C.R.T. 11.378
 C.R.T. 275182

CERTIFICADO

O DIRETOR ESCOLAR Mariza Roberto Lima

CONFERE A Francine Daymon R. de Sousa Silva NATURAL DE Sousa U.F. PA

NASCIDA EM 23 DE fevereiro DE 1996 O PRESENTE CERTIFICADO POR HAVER SIDO APROVADA NO ENSINO

Medio (Eja) EM 30 DE dezembro DE 2017

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Matriz Curricular LOCAL: 06.10.2.17 DATA:


Rita de Cássia dos Anjos Sousa
 Secretária
 Matr.: 182524-1

Mariza Roberto Lima
 Gestora Escolar
 Matrícula: 182523-2

Rita de Cássia dos Anjos Sousa
assinado e assinado em nome do diretor escolar - 4º do registro de autorização

Mariza Roberto Lima
assinado e assinado em nome do diretor escolar - 4º do registro de autorização





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

HISTÓRICO ESCOLAR
(EDUCAÇÃO BÁSICA)
Ensino Fundamental, Médio e EJA

DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

UNIDADE DE ENSINO: E.E.E.F.M. Francisco Augusto Campos		CRE: 10=
DECRETO DE CRIAÇÃO: Dec. 11.178	ATO QUE AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO: Ans. 275/82	ATO QUE RECONHECEU O FUNCIONAMENTO: -
ENDEREÇO (AV/RUA, Nº, BAIRRO): Rua Herculanone Vieira s/n		CEP: 58817000
MUNICÍPIO: Nazarezinho	UF: PB	TELEFONE: -

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

NOME DO ESTUDANTE: Marcelina Thaymar Rodalva Silva		GÊNERO: Fem	ETNIA: -	DATA DE NASCIMENTO: 27/02/96
NATURAL DE: Souza - PB		NACIONALIDADE: Brasileira		RG: -
NOME DO PAI: Imácio José da Silva				
NOME DA MÃE: Carmelita Rodrigues de Souza				
ENDEREÇO (AV/RUA, Nº, BAIRRO): Rua Francisco Lins				CEP: 58817000
MUNICÍPIO: Nazarezinho				UF: PB

ESTUDOS REALIZADOS

PERÍODO	ANO CURSADO	MODALIDADE	UNIDADE DE ENSINO FREQUENTADA PELO ESTUDANTE	MUNICÍPIO	UF
2003	1ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2004	2ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2005	3ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2006	4ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2007	6ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2008	7ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2010	8ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2011	9ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2015	1ª	EJA	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2016	CICLO II	EJA	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB

ASSINATURAS

E.E.E.F.M. Francisco Augusto Campos
CNPJ 01.598.490/0001-32
Decreto nº 11.178 de 27/12/81 - Res. 275/82
Rua Herculanone Vieira, s/n
Nazarezinho/PB



		RENDIMENTO ESCOLAR																					
		EDUCAÇÃO GERAL																					
NÍVEL DE ENSINO, MÉDIA FINAL E ANO, FASE E SÉRIE	ÁREAS DE CONHECIMENTO COMPONENTES CURRICULARES	BASE NACIONAL COMUM																		FASE DIVERSIFICADA			
		LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS					CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS					CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS											
		LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA MATERNAS	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	Ciências	BIOLOGIA	FÍSICA	QUÍMICA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	SOCIOLOGIA	FILOSOFIA	ENSINO RELIGIOSO	LÍNGUA INGLESA	LÍNGUA ESPANHOLA	CARTELA NOMINAL ANUAL	% FREQUÊNCIA				
ENSINO FUNDAMENTAL	MÉDIA ANUAL	1ª	2,1	-	2,2	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP		
		2ª	2,1	-	2,2	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP		
		3ª	2,1	-	2,2	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP		
		4ª	2,1	-	2,2	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP		
		5ª	2,1	-	2,2	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP		
ENSINO MÉDIO	MÉDIA FINAL	6ª	2,2	-	2,5	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	3,8	3,6	-	-	820	98	AP		
		7ª	2,2	-	2,5	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	3,8	3,6	-	-	820	98	AP		
		8ª	2,2	-	2,5	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	3,8	3,6	-	-	820	98	AP		
		9ª	2,2	-	2,5	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	3,8	3,6	-	-	820	98	AP		
		10ª	2,2	-	2,5	2,5	2,5	-	-	3,8	3,1	3,9	-	-	3,8	3,6	-	-	820	98	AP		
Módulo de EA	1º Bimestre	1ª Etapa																					
		2ª Etapa																					
		3ª Etapa																					
		4ª Etapa																					
		5ª Etapa																					
	2º Bimestre	1ª Etapa																					
		2ª Etapa																					
		3ª Etapa																					
		4ª Etapa																					
		5ª Etapa																					
MÉDIO	MÉDIO	1ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	6,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP	
		2ª	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
MÉDIA		3ª	7,7	-	7,8	-	-	7,6	7,0	7,1	7,1	7,1	7,2	7,5	-	7,0	-	-	-	809	99	AP	
MÉDIA		4ª	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Ata de Conselho de Ensino

Secretaria

May 10/2024

Marina Roberto Lima

Assessora

Marcos 10/2024

Marina Roberto Lima

Assessora

Marcos 10/2024

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

05/02/17

Nota: Consultar o Manual de Regulação Pedagógica e Plano de Ensino, 2017

Ata de Câmara dos Pais e Professores

Secretaria

Mar. 10/2017

Assinado eletronicamente por: ERIKA DE FRANCA PERGENTINO - 01/08/2017 11:34:10

Marta Roberto Lima

Professora

Matrícula 162523

Assinado eletronicamente por: ERIKA DE FRANCA PERGENTINO - 01/08/2017 11:34:10





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **113.222.364-45**

Nome: **INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA**

Data de Nascimento: **27/02/1996**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **09/09/2011**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:52:10** do dia **30/07/2017** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **044A.4DC6.E99E.7077**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0801602-60.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR	INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Diante da documentação apresentada, o caso é de deferimento da gratuidade.

Da necessidade de especificação da lesão:

O seguro DPVAT é regulamentado pela Lei 6.194/1974, que, em seu artigo 3º prevê o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. É comum que se questione o fracionamento do valor indenizatório com base no grau de invalidez. Não obstante, o STF considerou que “os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social, máxime diante dos mecanismos compensatórios encartados na ordem normativa sub judice, restam preservados na tabela legal para o cálculo da indenização do seguro DPVAT” (STF, ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014)¹.



Por conseguinte, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez” (Súmula 474, STJ). Para fins de quantificação, deve ser considerada a tabela anexa à lei de regência, como determinam o § 1º do artigo 3º da lei de regência².

Conforme disposto no art. 319, III, do CPC, a inicial deve conter a exposição do fato sobre o qual se embasa o direito alegado. A causa de pedir deve ser tão clara e específica quanto o pedido, inteligência do art. 330, § 1º, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial.

Assim, é que deve o autor promover a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para esclarecer a extensão da invalidez alegada, assim entendida: 1) a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada; 2) a descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago; 3) os motivos pelos quais entende que o valor pago na seara administrativa não respeitou a segmentação prevista na tabela anexa ao regulamento.

A título de ilustração, consideremos a hipótese em que alguém sofre acidente automobilístico e, em decorrência do sinistro, sofre lesão em um dos pés. A seguradora apura, no contencioso administrativo, que a lesão foi de leve repercussão e, aplicando os redutores previstos em lei, paga a quantia de R\$ 1.687,50. A parte autora poderá questionar em juízo a apuração, sob o fundamento de que a lesão é de intensa repercussão ou que causou perda funcional completa do membro. Porém, nesses casos, **não poderá defender que tem direito à diferença necessária para alcançar o teto indenizatório, porque essa tese já foi exaustivamente rechaçada pela jurisprudência**. O pedido, se deduzido nesses termos, poderá comportar, inclusive, improcedência liminar do pedido, com fundamento no inciso I do art. 332 do CPC. A orientação firmada nos tribunais somente poderá ser relativizada se a parte demonstrar que o caso em questão não deve ser examinado à luz do entendimento pacificado pelos tribunais.

Essa medida é justificada até mesmo em razão do que a experiência vem demonstrando em ações dessa espécie, invariavelmente tramitando sob a concessão de AJG à parte autora. Na maior parte dos casos, as perícias judiciais, custeadas pelas seguradoras (que são custeadas com dinheiro do contribuinte), corroboram o que fora constatado na seara extrajudicial. **Por outro lado, com a adequação aqui exigida, que implicará redução do valor da causa, será possível aferir, com maior objetividade, a alegada hipossuficiência econômica**.

Por fim, cabe salientar que os arts. 926 e seguintes do CPC sedimentaram o caminho pelo respeito à segurança jurídica. Tanto os tribunais quanto os juízos de primeiro grau devem prezar pela uniformização da jurisprudência. Ocorre que esse dever deve partir, também, do jurisdicionado. No caso das ações do seguro DPVAT, não há sentido algum em insistir, sem fundamento, na pretensão ao teto indenizatório, tese já rechaçada pelos tribunais superiores.

ANTE O EXPOSTO:

Defiro a gratuidade.

Intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, esclarecer a extensão da invalidez alegada, assim entendida: 1) a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada; 2) a descrição da invalidez que



foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago; 3) os motivos pelos quais entende que o valor pago na seara administrativanão respeitou a segmentação prevista na tabela anexa à lei de regência; **Caso a parte tenha a pretensão à indenização por gastos médicos suplementares, deverá indicar na petição de emenda os gastos e apresentar as respectivas provas;**

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito

¹No mesmo sentido: “Recurso extraordinário com agravo. Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). 2. Redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007. 3. Constitucionalidade da modificação empreendida pelo art. 8º da Lei 11.482/007 no art. 3º da Lei 6.194/74. 4. Medida provisória. Pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Discrecionariade. Precedentes. 5. Princípio da dignidade da pessoa humana. Ausência de violação. 6. Repercussão geral. 7. Recurso extraordinário não provido”. (STF, ARE 704520, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-236 DIVULG 01-12-2014 PUBLIC 02-12-2014)

²§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: **I**-quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e **II**-quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.



EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª
VARA DE SOUSA/PARAÍBA**

Processo nº 0801602-60.2017.8.15.0371

INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA,
devidamente qualificado no processo, por sua advogada que está subscreve,
vem, respeitosamente, perante Vossa excelência atender o respeitável despacho
do ID nº 19067465 e complementar os fatos:

**1) A descrição minuciosa da sequela efetivamente
experimentada:**

-Traumatismo no pé esquerdo: Traumatismo é uma definição ampla
usada para descrever lesões causadas por uma força externa devido a acidentes
por exemplo. Deve ser levada em consideração a perícia judicial para que o
médico analise as consequências causadas pelo acidente de forma
específica e individual, já que o acidente trouxe limitações na vida da autora.
A mesma não consegue praticar mais determinadas atividades que antes
fazia após o acidente.

**2) A descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o
percentual que lhe foi pago:**

Com a devida especificação das lesões sofridas pela autora da demanda
no acidente de trânsito hora tratado nota-se que a seguradora não atribuiu o valor
adequado da indenização e sim um valor ínfimo se comparada as sequelas da
vítima.

No momento requer que a seguradora junte ao processo o laudo pericial
e todo o processo administrativo realizado pela mesma para que se possa afirmar
qual foi o percentual de invalidez apurado e assim possa se comparar ao valor que
foi pago administrativamente.

**3- Os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela
DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido
considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada: As lesões**



sofridas pela autora no acidente de transito trouxeram sérios prejuízos a vida da mesma, dificultando a pratica das atividades habituais, tais como trabalho (limitando a capacidade laboral) e da vida pessoal. Por isso requer que seja considerada a perícia judicial a fim de que seja fixado um percentual de invalidez e assim chegar a um percentual justo pelos danos sofridos e que a vítima receba o valor a titulo de complementação do que foi pago de forma administrativa.

-PEDIDOS:

1- Requer que aceite a EMENDA A INICIAL a fim de complementar os fatos que faltavam;

2-Requer que a seguradora seja intimada para juntar ao processo o laudo pericial e o processo administrativo para comprovar como chegou ao grau de invalidez e conseqüentemente ao valor pago a título de indenização na esfera administrativa;

Nestes termos,
pede deferimento.

Sousa/PB
10 de fevereiro de 2019.

Erika de França Pergentino
OAB/PB 21.670





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0801602-60.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR	INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

1- Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do NCPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do NCPC.

2- Cite(m)-se a(s) parte(s) ré(s) para oferecer(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial (NCPC, art. 344).

3- Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, sendo imprescindível a realização de perícia, nesse sentido, nomeio como perito do juízo o médico DIEGO DOS SANTOS SANTIAGO. Fica autorizada a intimação por meio dos canais indicados pelo perito no sítio eletrônico do TJPB (diegosantiago_medicina@hotmail.com; 83-996814345, desde que ele acuse o recebimento. Frustrada a comunicação, notifique-se por carta com AR (Rua José Anacleto, 271, Uiraúna-PB), **sem prejuízo de sua substituição por outro expert pela serventia**, arbitrando seus honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos



reais), em face da complexidade da prova e do local de sua realização, a serem custeados pela Seguradora Líder, nos termos do Convênio 015/2014, facultada às partes a indicação de assistente técnico. Intime-se a seguradora acionada para efetuar o depósito dos honorários em cinco dias, salvo se já efetuado o depósito.

4- Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes.

5- Intimem-se as partes para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

6- Por outro lado, formulo os seguintes quesitos a serem respondidos pelo Perito:

6.1 – O autor é portador de invalidez permanente?

6.2 – Em caso positivo, em que consiste essa invalidez?

6.3 – A invalidez permanente é total ou parcial?

6.4 – Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?

6.5 – Sendo a invalidez permanente parcial incompleta as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?

6.6 – Levando-se em consideração a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, qual o grau da invalidez?

7- As perícias serão agendadas em bloco, de acordo com a disponibilidade do perito, podendo, inclusive, serem realizadas excepcionalmente aos sábados, uma vez que constituem dia útil para efeitos legais (art. 216, NCPC) e visam salvaguardar os direitos das partes interessadas (art. 279, § 1º, LOJE).

8- Cumpridas as determinações acima, aguarde-se o agendamento da data para a realização da perícia.

9- Com o agendamento da perícia, intimem-se as partes, informando data, hora e local da produção da referida prova (art. 474, NCPC), devendo ser encaminhados os quesitos das partes e os quesitos usuais do Juízo. **O autor, que deverá ser intimado pessoalmente da data designada,** deverá apresentar documento de identificação oficial com foto e todos os exames de que dispõe acerca da enfermidade alegada.

10 – Juntado aos autos o laudo pericial, expeça-se alvará em favor do perito e intimem-se as partes para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, se manifestarem e requererem o que entenderem de direito.

Cumpra-se. Intimações necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0801602-60.2017.8.15.0371

AUTOR: INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: ERIKA DE FRANCA PERGENTINO - PB21670

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, para os devidos fins, bem como para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

Sousa(PB), 17 de junho de 2019

JOAO BATISTA ALVES DE ANDRADE

TEC. JUDICIÁRIO - mat. 4752341

Assinatura eletrônica

